

EUROPA



Editorial

O Conselho Europeu

Edite Estrela*

O Conselho Europeu foi um fracasso. Os cidadãos esperavam uma mensagem forte e receberam uma resposta sem grandeza, sem ambição e sem uma ideia mobilizadora.

A União perdeu, assim, uma oportunidade única para transmitir uma imagem de liderança política, de força e de unidade.

Os líderes europeus não estiveram à altura da história. Os interesses nacionais sobrepujaram-se aos valores fundadores da União. O egoísmo falou mais alto que a solidariedade.

Agora, de nada serve atribuir culpas a este ou àquele. O que importa é corrigir os erros, limitar os estragos e transmitir esperança aos europeus. Encontrar respostas para muitas interrogações: Qual o papel da Europa no Mundo? Como aumentar a produtividade e a competitividade num mundo globalizado? Como reduzir o desemprego? Como compatibilizar estes objectivos com a coesão social? Que modelo social?

Esta reflexão tem de ser feita. Um modelo que tem 20 milhões de desempregados e menos licenciados que na Índia deve ser repensado. A Estratégia de Lisboa não pode continuar a ser uma bandeira ao nível do discurso e esquecida nos momentos de decisão.

A Europa tem de ser uma União Política, um espaço de coesão e de solidariedade e não um mero espaço de comércio livre. Mas tem de se modernizar.

A União Europeia encontra-se numa encruzilhada, mas a história ensina-nos que é em momentos de crise que se podem operar as melhores transformações. Agora, vamos ver se os líderes europeus são capazes de transformar as dificuldades em oportunidades.

O mundo mudou. A Europa mudou. Os anseios e as necessidades dos cidadãos mudaram. A União Europeia tem de acompanhar estas mudanças, começando por mudar a relação com os cidadãos. Mas mudar não significa alterar alguma coisa para que fique tudo na mesma, como recomendava uma personagem de Lampedusa.

A Europa pode viver sem o Tratado Constitucional, mas dificilmente pode viver sem orçamento comunitário. Espera-se que rapidamente a União Europeia saia do impasse e chegue a acordo sobre as Perspectivas Financeiras.

Este é um desafio para a próxima Presidência. Tony Blair tem a responsabilidade (e a obrigação?) de encontrar uma solução consensual. Oxalá nos venha a surpreender agradavelmente.

*Presidente da Delegação Portuguesa no PE

SÓCRATES CONSIDERA CIMEIRA UM "FALHANÇO"

PORTUGAL VAI DEFENDER ACORDO FINANCEIRO PROPOSTO PELA PRESIDÊNCIA LUXEMBURGUESA

Depois dos dois "não" consecutivos nos referendos ao Tratado constitucional em França e na Holanda, o pior que podia acontecer à União Europeia era não chegar a acordo sobre o orçamento comunitário para o período de 2007 a 2013 no Conselho Europeu de 16 e 17 de Junho, que se realizou em Bruxelas. E foi isso que aconteceu. Foi, como disse o primeiro-ministro português José Sócrates, "um falhanço".

Tendo o resultado da Cimeira sido má para a Europa, também o foi para Portugal. Ainda por cima porque depois de esforços ciclónicos da presidência luxemburguesa para pôr os líderes europeus de acordo, o nosso país tinha conseguido uma boa proposta quanto ao envelope financeiro para o próximo período de programação 2007-2013, que se saldava em 21.300 milhões de euros (contra os actuais 25.129 milhões de euros). Este volume financeiro é o equivalente a um corte de apenas 15 por cento, o que é razoável e perfeitamente compreensível, dada a actual conjuntura económica e política da União Europeia e o facto de haver três regiões que excederam os 75 por cento de rendimento médio comunitário, designadamente Lisboa e Vale do Tejo, Madeira e Algarve. Em contrapartida, países como a Espanha, Irlanda ou Itália, receberiam cerca de menos 40 por cento, o que também se compreendia, na medida em que atingiram entretanto padrões de desenvolvimento nacional e regional bastante acima dos 75 por cento da média comunitária, limiar exigido para o apoio às regiões mais pobres.

Para José Sócrates, a proposta da presidência luxemburguesa deverá ser agora a referência para as futuras negociações durante a presidência britânica que, espera-se, tenha impulso suficiente para tirar a União Europeia da crise em que está mergulhada. A estrutura do orçamento comunitário e o respectivo deve e haver de cada um dos países esteve no centro das discussões e das negociações, incidindo particularmente naquilo que José Sócrates considerou os dois anacronismos orçamentais da União Europeia: o chamado "cheque britânico" e o excessivo peso da agricultura no orçamento comunitário, que beneficia essencialmente a França, que absorve, só neste domínio, cerca de um quarto do orçamento total da União Europeia. Àqueles dois países irreduzíveis (e a Inglaterra defendeu explicitamente uma reforma profunda no orçamento da União Europeia que incidisse nos fundos para a agricultura e também nos estruturais, embora neste caso sem especificar o que pretendia), juntou-se também a Holanda, que durante a campanha para o referendo teve como um dos argumentos a redução da sua contribuição para o orçamento comunitário.

O impasse foi de tal ordem, que os países mais pobres da União que aderiram em Maio do ano passado, numa tentativa de salvar a Cimeira, propuseram-se a abdicar de uma parte dos fundos que lhes estavam destinados, o que foi rejeitado, levando o presidente francês Jacques Chirac a dizer que "não apenas é patético, mas trágico, serem os países mais pobres a fazer sacrifícios pelos mais ricos".



Salvar a constituição

Outro dos resultados da Cimeira foi a vontade dos líderes europeus em salvar a Constituição, duramente atingida pelo duplo "não" em França e na Holanda, mas ratificada já em onze países, resultados que devem ser levados em consideração. A decisão do Conselho Europeu foi estabelecer um período de reflexão até Junho de 2006 para tentar determinar as causas que levaram aos resultados negativos nos referendos já efectuados, impedindo ao mesmo tempo que o efeito de contágio se propagasse de maneira irracional pelo resto da Europa.

Seja como for, uma das consequências dos resultados desta cimeira deverá ser um abrandamento do ritmo de adesão de novos Estados-membros, particularmente depois de respeitados os compromissos já assumidos de integrar já em 2007 a Bulgária e a Roménia.

O primeiro-ministro José Sócrates considerou que esta pausa deve ser aproveitada pelos responsáveis políticos europeus para explicar convenientemente o Tratado aos seus concidadãos.

Mas os próximos tempos não se afiguram fáceis para a União Europeia, que entretanto terá de continuar a reger-se pelo Tratado de Nice, em vigor desde Fevereiro de 2003.

O problema é que o Tratado de Nice é unanimemente considerado como totalmente desadequado a uma Europa a 25, porque, basicamente, no que toca às competências e funcionamento da União, mantém a mesma estrutura com que ela foi concebida aquando da sua criação, para apenas seis Estado-membros.

O mais grave será ao nível da tomada de decisões, já que são demasiados os domínios em que se exige a unanimidade, pelo que basta um país estar em desacordo para os debates se prolongarem e as políticas ficarem bloqueadas. Ente outras coisas, o novo Tratado Constitucional traz maior flexibilidade na tomada de decisões, já que alarga para quase todos os domínios a maioria qualificada, atribui maior influência ao Parlamento Europeu e aos parlamentos nacionais, reduz a dimensão da Comissão Europeia e dá mais estabilidade às presidências da União, que passam a ter um presidente do Conselho europeu eleito por um período de 2 anos e meio.

A Europa vista de Portugal

O dilema europeu

O chamado tratado constitucional europeu, liminarmente rejeitado em França e na Holanda, hibernou. Mais uma vez, o debate se arredou do tema do referendo, tendo-se remetido às questões polémicas marginais projectadas pelas diversas agendas políticas internas, e aos costumeiros apelos às angústias e ansiedades colectivas destes tempos de crise. É claro que, ao ser assim apodado de constitucional, ele acirrou também os nacionalismos soberanistas. Todavia, do



JOSÉ LELLO*

clima de rejeição induzido pelas sequelas do processo de globalização e do alargamento europeu, com a Turquia em pano de fundo, ressaltaram outras razões. Em particular, sobressaíram incomodidades óbvias em relação ao voluntarismo dalgumas situações de facto da política europeia que pressuporiam mais ponderação, melhor informação e maior participação popular. Por tudo isto se poderá concluir que a postura franco-holandesa não reflectiu apenas idiossincrasias localizadas. Pelo contrário, espelhou bem um clima de visível mal-estar que gradativamente se foi disseminando no seio da opinião pública europeia. Daí, o efeito de arrastamento induzido em Inglaterra, na República Checa ou na Dinamarca, até desembocar na suspensão da generalidade dos processos de ratificação, acordada no último Conselho Europeu. Parar para pensar, disse-se, em ordem a melhor se esclarecerem os fundamentos desse descontentamento. Uma reflexão que, por uma vez, pudesse dar prioridade à estratégia e a um planeamento político mais consentâneo com uma definição clara do caminho a seguir.

É tempo agora de se definir com clareza se a prioridade deverá ser dada ao aprofundamento da integração europeia, se ao alargamento da massa crítica e do mercado interno, como tem acontecido. Ou então, se deverá privilegiar-se o primado do *status quo* das políticas comunitárias tradicionais, como a PAC, ou a governabilidade e democrática do sistema europeu, ou aprofundar a Agenda de Lisboa. Daí que, mau grado certos laivos soberanistas, a temática do alargamento esteja, como agora se viu, no cerne do debate europeu, relevando dúvidas quanto ao nível de integração possível no actual estágio da economia dos vinte e cinco e perante as realidades sociais e políticas vigentes. Aprofundar o alargamento, já, ou alargar o aprofundamento, antes, eis o dilema que os referendos colocaram na ordem do dia. É tempo de definições claras, pois o sucesso da Europa sempre esteve ligado à clareza dos propósitos dos seus fundadores. O processo europeu emergiu da necessidade de promover a paz e a estabilidade num continente destruído por dois conflitos devastadores. Nesse período do pós-guerra, o objectivo do ideal europeu colocava-se na reconstrução da Europa, como na década de noventa se fixou na inclusão democrática dos países europeus saídos da longa sujeição aos ditames da Cortina de Ferro, a começar pela Alemanha de Leste. Esse foi um processo complexo e difícil que se converteu num êxito político, social e económico sem precedentes na conturbada história do continente. A construção da Europa constituiu-se num designio estratégico. Então como agora, também será uma Europa unida e pujante a melhor garantia para a paz e o desenvolvimento.

Daí que se imponha a retoma do processo de integração europeia, através duma aposta clara na inovação, no crescimento económico e na sustentabilidade das políticas de coesão. O que constituirá oportunidade histórica para enfrentar positivamente os desafios da globalização, da competitividade e das consabidas imperfeições do próprio processo de integração europeia.

O alerta franco-holandês, no fundo, até pode ter sido positivo, ao constituir um incentivo fecundo para que, entre nós, tudo venha a ser no futuro mais bem explicado. Em ordem a que os apoiantes do sim saibam demonstrar os inegáveis méritos para Portugal dum tratado europeu que aborde os desafios estratégicos do futuro da Europa e consagre a vertente dos direitos, liberdades e garantias; e a que os eurocépticos privilegiem argumentos sérios, objectivos e concretos, em vez da demagogia primária e populista do tipo da usada pelos seus homólogos franceses e holandeses.

* Secretário Nacional para as Relações Internacionais

DEPUTADOS VOTAM FAVORAVELMENTE
RELATÓRIO SOBRE ORÇAMENTO DA UNIÃO

Os deputados socialistas portugueses no Parlamento Europeu votaram favoravelmente o relatório (de iniciativa) Böge sobre os recursos orçamentais para o período 2007-2013 e os desafios políticos da União Europeia. Esta posição ficou expressa numa declaração de voto, em que se defende um quadro financeiro estável e a necessidade de empenhamento das instituições europeias na procura de soluções para os europeus.

Num debate intenso e com grande participação dos deputados socialistas portugueses, discutiram-se os volumes financeiros disponíveis para as políticas da União Europeia para o período que se segue a 2007. As propostas que estavam sobre a mesa iam da mais reduzida apresentada pelo chamado "grupo do seis", que não querem contribuir com mais do que o equivalente a 1 por cento do PIB comunitário, até à proposta mais generosa da Comissão Europeia, que defendia um orçamento de 1,24 do PIB da União para que seja possível cumprir os objectivos políticos e de desenvolvimento a que se propõe. O Parlamento Europeu aprovou uma proposta de compromisso, que prevê um volume financeiro de 1,18 por cento do PIB.

O autor do relatório, o alemão Reimer Böge, apresentou quatro grandes grupos pelos quais o orçamento deve ser distribuído: desenvolvimento sustentável (495 biliões de euros), protecção e gestão dos recursos naturais (396,2 biliões de euros), cidadania, liberdade, segurança e justiça (19,4 biliões de euros), a União como parceiro global (70,6 biliões de euros). Por outro lado, travou-se também a discussão sobre o período de tempo em que devem vigorar as próximas perspectivas financeiras. A Comissão Europeia e o Conselho consideram que deve vigorar por um período de sete anos. O Parlamento Europeu defende que esse período seja de apenas cinco anos, de forma a acompanhar os mandatos do Parlamento e da Comissão.

Todos os intervenientes no debate, tanto da Comissão como do Parlamento, salientaram a necessidade de se chegar a um acordo no Conselho Europeu que não pusesse em causa o projecto e os objectivos políticos e de desenvolvimento da União Europeia. Foi neste sentido que se exprimiram os deputados portugueses na sua posição, que justificaram o seu voto favorável ao relatório com a actual conjuntura política e a necessidade de implicar os diferentes actores na construção de um quadro financeiro estável, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável e a criação de emprego. Consideraram também que o relatório do Parlamento Europeu reflecte um esforço para se chegar a um acordo com que a maior



parte dos 453 milhões de europeus se possa identificar, garantindo assim a unidade na diferença dos cidadãos. Por fim, votaram favoravelmente, por considerarem que a política de coesão e aquilo que ela representa em termos de solidariedade interna da União foi suficientemente respeitado.

Na discussão do relatório intervieram também os deputados Jamila Madeira e Paulo Casaca, ambos da Comissão Parlamentar Temporária para as Perspectivas Financeiras. Jamila Madeira, na qualidade de relatora do parecer da Comissão dos Assuntos Sociais, manifestou a sua satisfação por a proposta votada propor uma reafecção interna de 200 milhões de euros nas redes transeuropeias de energia para a Agenda Social, factor determinante para o crescimento e a competitividade. A deputada saudou também o pedido da Comissão do Emprego no sentido do reforço do programa "Progress", de forma a permitir a aplicação eficaz da Estratégia de Lisboa e da Agenda Social.

Por sua vez, o deputado Paulo Casaca, que interveio como relator do parecer da Comissão de Pescas, manifestou a sua preocupação com os mais de 100 milhões de euros que poderão ser retirados ao sector. O deputado considerou a proposta do PE para as pescas "modesta e aquém das reais necessidades do sector". Por isso mesmo, pediu ao presidente da Comissão, Durão Barroso, para rever a proposta de dotação e que mantivesse a sua posição de defesa dos interesses do sector.

EVITAR INJUSTIÇAS COM REGIÕES
AFECTADAS PELO "EFEITO ESTATÍSTICO"

Evitar que as regiões afectadas pelo chamado "efeito estatístico" possam vir a ser injustamente prejudicadas ou mesmo marginalizadas em virtude desse enriquecimento artificial provocado pela adesão de países menos desenvolvidos, foi o principal objectivo de uma reunião realizada em Estrasburgo, na qual esteve presente a deputada Jamila Madeira, membro da Comissão de Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu.

Esta reunião, realizada na sequência de uma carta enviada ao então presidente em exercício da União, Jean-Claude Juncker, teve por objectivo contrariar a proposta da presidência luxemburguesa para as regiões afectadas pelo "efeito estatístico" e contou também com a presença de deputados europeus de Itália e Espanha.

No debate em plenário do Parlamento Europeu de um relatório sobre os desafios políticos e os recursos orçamentais na União alargada, Jamila Madeira referiu que a solução encontrada pela presidência luxemburguesa para as regiões que serão afectadas pelo "efeito estatístico", como o Algarve, que na União a 15 tinha um rendimento de 72 por cento do PIB comunitário e que a 25

passa a ter 78 por cento, "poderá levá-las a um inevitável e considerável afastamento no plano da convergência real com outras regiões da União".

Por sua vez, numa intervenção em nome dos signatários daquela carta, o socialista espanhol Masip Hidalgo, considerou que, no rescaldo do referendo francês de 29 de Junho, Jean-Claude Juncker fez uma análise lúcida da situação europeia ao sublinhar que os políticos devem saber interpretar as decisões populares e reagir. "É isto que nós lhe pedimos para estas seis regiões europeias: evitar a injustiça e a marginalização relativamente às outras regiões que se encontram em igualdade de circunstâncias".

Refira-se que as regiões que serão afectadas pelo "efeito estatístico" são aquelas que permaneceriam no Objectivo 1, se não houvesse alargamento, o que lhes permitiria beneficiar integralmente dos Fundos Estruturais. Ultrapassando este limiar devido à média da riqueza ficar afectada pela entrada de países com um rendimento mais baixo, terão no próximo período de programação financeira um nível de ajudas menor e degressivo, uma vez que deixam de ser consideradas ao nível das regiões mais pobres.

POLUENTES NOS TÊXTEIS CHINESES DENUNCIADOS NO PARLAMENTO

A necessidade da União Europeia tomar medidas contra a utilização de produtos poluentes perigosos e altamente tóxicos que são lançados no ambiente e até serem para fazer vestuário utilizado na Europa, foi uma das preocupações manifestada pela deputada Edite Estrela na última reunião da Comissão do Ambiente do Parlamento Europeu perante o comissário responsável por esta área, Stavros Dimas, que concordou com as principais sugestões e preocupações apresentadas.

A deputada referiu que estão a ser utilizados por muitos fabricantes chineses "produtos poluentes perigosos e altamente tóxicos, que são lançados para as linhas de água sem qualquer tratamento prévio com graves consequências ambientais". Além disso, há peças de vestuário para crianças e mulheres grávidas que são comercializadas nos Estados-membros contendo substâncias que podem ser prejudiciais à saúde.

Perante esta situação, Edite Estrela quis saber o que pensa a Comissão fazer para que estas práticas lesivas do ambiente e dos consumidores terminem na China, na medida em que está vinculada à União Europeia por obrigações comerciais.

A deputada sugeriu também que a União Europeia poderia, através da nova Directiva REACH (relativa aos produtos químicos), aplicar aos produtos importados os mesmos critérios de exigência que existem para os europeus, em defesa dos consumidores e também dos industriais da União, sujeitos a todo o tipo de concorrência desleal.



A Comissão dos Direitos da Mulher, de que Edite Estrela é vice-presidente, discutiu com o presidente da Comissão Europeia a implementação da Estratégia de Lisboa

Edite Estrela com Presidente da Comissão

Na qualidade de vice-presidente da Comissão dos Direitos da Mulher do Parlamento Europeu, a deputada Edite Estrela participou, no início de Junho, num pequeno-almoço de trabalho com o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso. Os temas em discussão foram a igualdade género na União e a implementação da Estratégia de Lisboa naquele domínio. Por outro lado, na Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros realizou-se uma reunião em que foi debatido o relatório de iniciativa "as mulheres e a pobreza na União Europeia", da qual Edite Estrela é relatora sombra. Ao intervir, a deputada referiu o exemplo português do "rendimento mínimo garantido" lançado pelo Governo socialista presidido por António Guterres, há cerca de dez anos, com o objectivo de combater a exclusão social e em que as mulheres estiveram entre as principais beneficiárias com resultados muito positivos.

Visto de Bruxelas

Renascer da crise



EMANUEL JARDIM FERNANDES*

O Conselho Europeu de Bruxelas, de 16 e 17 de Junho, deixou verdadeiros "pedregulhos" na via da construção europeia, que poderão ser afastados, com vantagem para o projecto europeu, se forem criados estímulos à participação dos cidadãos, se a sua opinião for tida em conta e se os responsáveis, a nível nacional e europeu, responderem aos seus anseios.

O desacordo sobre o quadro financeiro para o período 2007-2013 não é situação inédita, nem teria a dimensão e as consequências que teve se não ocorresse num momento em que a França e Holanda, "Países Fundadores", expressaram um "não" claro à Constituição Europeia, com previsível efeito de onda nas consultas posteriores. Constatando-se que o "não" fora dirigido, mais que à Constituição, às políticas, por não darem resposta aos temores do crescimento do desemprego, da deslocalização das empresas, da falta de segurança da resposta inadequada à globalização, foi sendo consensualizada a opinião de que o Conselho Europeu consagraria uma pausa no processo de ratificação, que uns interpretavam como o fim da Constituição e outros como oportunidade para criar um ambiente mais favorável à sua aprovação.

As expectativas e vontade de se conseguir um consenso no Conselho sobre as Perspectivas Financeiras 2007-2013, a partir da proposta da Comissão, aumentou com a convicção de que a sua aprovação seria expressão da vitalidade das instituições da UE e do seu contributo para debelar a desconfiança que os franceses e holandeses tinham exprimido, de forma clara, nos referendos.

Apesar de não satisfazer totalmente ninguém, a proposta final da Presidência luxemburguesa mantinha um equilíbrio aceitável, assegurando a política de coesão e os apoios à Estratégia de Lisboa.

Daí o acordo da maior parte dos países, designadamente de Portugal, ao constatar que a redução dos Fundos situar-se-ia a níveis aceitáveis e que a Madeira viria a beneficiar de uma solução bem mais favorável do que a inicialmente prevista.

A intransigência de alguns países, mormente do Reino Unido e da França, bloqueou o acordo global, mesmo face à generosidade dos novos Estados Membros que se dispuseram a ceder parte dos apoios que lhes estavam contemplados para o viabilizar.

Para além da pausa para reflexão sobre a Constituição, importa agora ponderar e chegar, o mais depressa possível, a um acordo sobre as PF's. Tarefa que incumbe ao Reino Unido que assume a Presidência a partir de 1 de Julho e, em especial, a Tony Blair, que afirmou no Parlamento Europeu, estar pronto para promover reformas e compromissos em matéria orçamental.

Quanto ao problema da Constituição Europeia, a sua resolução deverá ser facilitada com as reformas apontadas e com o debate público que deverá ser desencadeado nas instituições Europeias, nos Parlamentos nacionais, no seio da sociedade civil, com base no texto aprovado e pendente da ratificação ou com a integração do resultado das consultas que o próprio Presidente da Comissão disse ir realizar junto dos sectores sociais e políticos dos Estados Membros sobre o futuro figurino da Europa.

Assumindo cada uma das instituições da UE e dos Estados Membros a sua responsabilidade, os "pedregulhos" deixados serão afastados e a crise em que a Europa mergulhou poderá ser ultrapassada, com novas potencialidades para o projecto europeu, que sairá fortalecido com o maior envolvimento dos cidadãos, os destinatários últimos das políticas nacionais e europeias.

Os socialistas, que se empenharam na ratificação da Constituição Europeia e na aprovação das Perspectivas Financeiras 2007-2013, continuarão a defender uma Europa ao serviço dos cidadãos, apostada no crescimento e na competitividade, mas respeitadora da coesão social e do ambiente.

* Membro da Comissão dos Transportes e Turismo do PE

AJUDAS À AGRICULTURA DEVIAM TER UM TECTO DE 50.000 EUROS

Encontrar uma solução justa para o co-financiamento da Política Agrícola Comum, foi o propósito de uma proposta apresentada pelo deputado Capoulas Santos, que defendia a criação de um tecto máximo da ordem dos 50.000 euros que cada agricultor poderia receber.

Os montantes que actualmente recebem os agricultores da União Europeia, que vão para além do limite apresentado na proposta de Capoulas Santos, serviriam para co-financiar a PAC e, sobretudo, para impedir que a decisão que venha a ser adoptada passe pelo co-financiamento efectuado pelos Estados nacionais, como sugeria o relatório do Parlamento Europeu sobre as perspectivas financeiras. Segundo o eurodeputado socialista, o objectivo da sua proposta "seria fazer com que, individualmente, nenhum agricultor recebesse mais do que o tecto máximo em vigor nos Estados Unidos da América, que é de cerca de 50.000 dólares.

As poupanças que tal medida permitiriam obter serviriam para compensar o défice do orçamento agrícola decorrente da adesão da Bulgária e da Roménia, sem necessidade de recorrer a comparticipações dos Estados-membros.

Na preparação da Cimeira Europeia de 16 e 17 de Junho, um dos problemas por resolver era precisamente o nível de ajudas à agricultura francesa, que ronda um quarto do total do orçamento da União Europeia, e que o Presidente Jacques Chirac se recusou alterar. Neste contexto, o então presidente em exercício, o luxemburguês Jean-Claude Juncker propôs uma alteração ao acordo de 2002 segundo o qual as despesas da PAC ficariam congeladas até 2013, integrando já em 2007 os gastos previstos para a política agrícola com os países que nesse ano irão aderir, a Roménia e a Bulgária. Mas também esta proposta esbarrou na oposição da França.

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Edite Estrela - Presidente da Delegação Socialista; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Ana Gomes - Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente) Desenvolvimento; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros

Capoulas Santos - Comissão da Agricultura; Comissão das Pescas; Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Eliisa Ferreira - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão do Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Comissão dos Transportes e Turismo; Comissão do Desenvolvimento Regional

Fausto Correia - Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Comissão dos Transportes e Turismo

Francisco Assis - Comissão do Comércio Internacional; Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão dos Direitos do Homem

Jamila Madeira - Comissão do Desenvolvimento Regional; Comissão do Emprego

e Assuntos Sociais

Joel Hasse Ferreira - Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais; Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores

Manuel dos Santos - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão da Indústria, Investigação e Energia; Controlo Orçamental

Paulo Casaca - Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos; Comissão das Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

Editor Paulo Pisco

Paginação Francisco Sandoval

Periodicidade Mensal

Tel. 213 822 000

Fax. 213 822 037

Email ppisco@ps.pt

Endereço Acção Socialista - Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

Eurosíntese

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM AUDIÇÃO

"A Estratégia da União Europeia a favor do desenvolvimento sustentável", é o tema de uma audição pública que se vai realizar em Lisboa, no dia 1 de Julho, por iniciativa do deputado Joel Hasse Ferreira. No centro do debate estará a recente proposta da Comissão Europeia para a renovação da Estratégia de Desenvolvimento sustentável da União Europeia de que o deputado é, em nome do Grupo do PSE, o relator na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu. Na audição pública, que se realizará no Centro Jean Monet, pelas 15 horas, participarão o deputado João Cravinho, presidente da Comissão dos Assuntos Económicos da Assembleia da República, Vítor Martins, ex-secretário de Estado dos Assuntos Europeus e o economista João Ferreira do Amaral.

RESPONSÁVEIS TIMORENSES EM BRUXELAS

Uma delegação de alto nível de responsáveis políticos de Timor-Leste efectuaram um conjunto de encontros com responsáveis das instituições europeias. A visita foi promovida pela deputada Ana Gomes, que acompanhou nos encontros o primeiro-ministro Mário Alkatiri, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ramos Horta e a ministra das Finanças, Madalena Boavida. A delegação encontrou-se com o presidente do Parlamento Europeu, Josep Borrell, com o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso e ainda com alguns comissários. Os dirigentes timorenses apelaram ao Parlamento e à Comissão a continuação das ajudas da União Europeia a Timor.

20 ANOS DE ADEÇÃO À CEE

A cerimónia de comemoração dos 20 anos da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal e Espanha à CEE, que se realizou no passado dia 12 de Junho, no Mosteiro dos Jerónimos, contou com a presença do Presidente da República, Jorge Sampaio, do primeiro-ministro, José Sócrates e de Mário Soares e Felipe Gonzalez, então primeiros-ministros. A deputada Edite Estrela participou nas cerimónias em representação da delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu, de que é presidente.

AMÉRICA LATINA DISCUTIDA EM LIMA

O deputado Manuel dos Santos, vice-presidente do Parlamento Europeu, chefiou uma delegação de deputados que participaram na XVII Conferência Interparlamentar União Europeia/América Latina, que se realizou em Lima, Peru, entre 13 e 16 de Junho. Da delegação do Parlamento Europeu faziam também parte os deputados Fausto Correia e Emanuel Jardim Fernandes. "A agenda social e o meio ambiente", "O fortalecimento das instituições e os partidos políticos" e "As relações entre a América Latina e a União Europeia", foram alguns dos temas em destaque. Manuel dos Santos teve encontros com o Presidente do Peru, Alejandro Toledo, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Manuel Quadros.

AJUDAR PAÍSES POBRES

O deputado Fausto Correia foi um dos signatários de uma carta de vários membros do Parlamento Europeu aos ministros das Finanças da União Europeia, apelando à adopção de medidas concretas a favor da erradicação da pobreza nos países mais pobres. Concretamente, os signatários defendem o cancelamento total das dívidas daqueles países, a defesa de uma maior justiça para o comércio internacional e o acréscimo de 50 mil milhões de dólares em ajudas de qualidade.

DEPUTADOS CONVIDAM ANAFRE

Um grupo de dirigentes socialistas da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) esteve em Bruxelas entre os dias 14 e 16 de Junho a convite dos deputados europeus do PS. Aqueles socialistas tiveram encontros com os eurodeputados socialistas, com responsáveis do Parlamento Europeu e do Comité das Regiões.

REDE NATURA NA ILHA DE S. JORGE

Encontros com alunos das escolas da ilha de S. Jorge, nos Açores, e visitas a zonas integradas na Rede Natura 2000, fizeram parte do programa do deputado Paulo Casaca, realizado nos dias 24 e 26 de Junho. O deputado europeu participou também numa conferência dedicada ao tema "O uso sustentável dos recursos naturais nos Açores - Rede Natura 2000 - e desenvolvimento integrado".

PARLAMENTO PROPÕE PERÍODO DE TRÊS ANOS PARA CORRECÇÃO DE DÉFICES EXCESSIVOS

O Parlamento Europeu aprovou um "ajustamento" para três anos dos prazos para a correcção de um défice orçamental excessivo, já que se verifica que têm sido "demasiado restritivos".

Esta posição do Parlamento Europeu foi tomada na votação no relatório Othmar Karas sobre uma proposta de Regulamento do Conselho que altera o Regulamento 1467/97 relativo à aceleração e clarificação da aplicação do procedimento relativo aos défices excessivos. Assim, o PE, que encara a sua posição como um contributo para a reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento, propôs, no âmbito do processo de consulta, que o prazo máximo para a correcção do défice excessivo não seja superior a três anos a contar da sua ocorrência.

O Parlamento Europeu chamou particularmente a atenção para os conceitos de "ultrapassagem excepcional e temporária" e de "fiabilidade das estatísticas".

Assim, considera necessário definir o conceito de "ultrapassagem excepcional e temporária" em relação ao valor de referência de 3 por cento do PIB. Defende também que as previsões económicas e os pressupostos externos comuns da Comissão Europeia deverão constituir a base de avaliação dos "excessos excepcionais e temporários" em relação ao valor de referência, para que disponha de pressupostos económicos e externos comuns.

Quanto à fiabilidade das estatísticas, considerou-se que, face ao debate em curso acerca das estatísticas gregas, portuguesas e italianas relativas ao défice do sector público, o Parlamento Europeu afirma que seria importante que houvesse um reforço dos poderes fiscalizadores da Comissão Europeia.

Para melhorar o controlo das estatísticas orçamentais, sugere que a Comissão compare os números que os Estados-membros lhe apresentam com os relatórios dos bancos centrais aos do BCE.

Ao intervir sobre este relatório, o deputado Manuel dos Santos, da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, considerou que as instituições europeias têm de acabar com a contradição que é, de um lado, os cidadãos europeus identificarem insistentemente o PEC e a política monetária como responsáveis pela crise económica e social da Europa e, do outro, dirigentes políticos europeus insistirem no discurso politicamente correcto que acentua as maravilhas das políticas fiscais restritivas e de moderação dos preços. Na sua opinião, a renovação do PEC e os novos regulamentos em apreciação no Parlamento Europeu poderão dar um contributo para a Europa sair desse dilema. "O Parlamento Europeu, no âmbito das suas competências, faz o que pode", disse Manuel dos Santos, acrescentando que o relator



A Comissão Constâncio apurou um défice de 6,83% do PIB nacional

deve ser louvado por ter identificado e procurado soluções para alguns dos problemas tais como "o vício de estrutura", a "fiabilidade das estatísticas", os "factores relevantes", o prazo para a correcção do défice e o reforço da supervisão orçamental.

O Parlamento Europeu aprovou ainda, em processo de co-decisão, um outro relatório de Othmar Karas, que adopta medidas para reforçar a supervisão das situações orçamentais.

A fim de melhorar a vertente preventiva do PEC, o Parlamento defende que se confira maior eficiência ao actual alerta rápido, já que as experiências dos últimos anos mostraram que o actual sistema não tem sido muito eficaz.

O PE insistiu na necessidade de se reforçarem as competências de supervisão da Comissão e do seu braço estatístico, o Eurostat. Defende ainda que os objectivos orçamentais a médio prazo deverão ser revistos pelo menos anualmente e sempre que sejam empreendidas reformas estruturais e orçamentais importantes.

ONU CRITICADA DEVIDO À SITUAÇÃO NO DARFUR

Um parecer da deputada Ana Gomes sobre o regime de sanções a aplicar aos responsáveis pelas violações do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos no Darfur, foi aprovado na última reunião da Comissão de Desenvolvimento do Parlamento Europeu.

Na apresentação que fez do documento, Ana Gomes criticou o facto do Comité de Sanções das Nações Unidas não ter ainda aprovado a lista de indivíduos que poderão ser alvo de sanções, não obstante continuarem a existir graves violações dos Direitos Humanos naquela região do Sudão.

A eurodeputada, que em finais de 2004 visitou o Darfur, citou um conjunto de incidentes recentes envolvendo actos de violência contra mulheres e crianças e ataques de forças governamentais a campos de deslocados.

O Sudão vive um sangrento e já longo conflito que opõe as forças governamentais e grupos de oposição no Sul do país, que já fez mais de dois milhões de mortos e levou cerca de quatro milhões de pessoas a abandonar os seus lares e bens.

Aos problemas da guerra, dos deslocados, dos refugiados e da crise humanitária que isso implica, junta-se a existência de doenças e epidemias em algumas regiões, carências alimentares, insegurança e a seca.

COMISSÃO EUROPEIA VAI APURAR RESPONSABILIDADES NA FRAUDE DA MANTEIGA

A Comissão Europeia comprometeu-se a respeitar o prazo de 31 de Outubro deste ano para a apuramento de responsabilidades próprias em relação ao caso da fraude com manteiga adulterada, em que está envolvida a "camorra" napolitana.

A garantia foi dada pelo comissário Siim Kallas, responsável pela luta antifraude na Comissão Europeia, depois de ter sido questionado pelo deputado Paulo Casaca durante a última sessão plenária do Parlamento Europeu.

O deputado, coordenador do Grupo do PSE na Comissão Parlamentar de Controlo Orçamental, interveio num debate sobre a protecção dos interesses financeiros da Comunidade, exigindo "o esclarecimento cabal" daquela questão e realçou a necessidade do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), sem prejuízo da sua independência, levar em devida conta as posições do Parlamento Europeu enquanto órgão de controlo democrático.

A questão levantada por Paulo Casaca ficou a dever-se ao facto de não ter havido ainda nenhuma consequência no plano administrativo ou criminal para o escândalo da adulteração de manteiga pela "camorra" napolitana, que envolveu vários países e empresas do centro da Europa e cuja investigação foi transmitida às instituições comunitárias em 1999.